

## Opinião

# A inoperacionalidade dos instrumentos da paz

A-1.4

por Naftal Donaldo

O crescendo do tom cada vez mais azedo de alguns actores directa e indirectamente envolvidos no processo de paz para Moçambique contra aquilo que consideram como bases para a erupção de acontecimentos incontrolláveis, no futuro, está a produzir um efeito inesperado: a subida em espiral do volume e tonelagem da carga da UNOMOZ que está a ser desembarcada em Maputo e Beira.

Enquanto a composição das Comissões Nacional de Assuntos Policiais (COMPOL), da Informação (COMINFO) e de Administração Territorial ainda se encontram num compasso de espera para seu funcionamento — como reza o Acordo Geral de Paz — homens e material da UNOMOZ continuam a ser desembarcados nos aeroportos de Maputo e Beira a um ritmo incessante.

Quando da assinatura do Acordo Geral de Paz, em Outubro do ano passado, a qualidade e quantidade de focos de deflagração de conflitos internacionais ainda não haviam assumido esta dimensão, quotidianamente reportada pelos "media" nacionais e estrangeiros.

Hoje, a gestão de 35 zonas de desestabilização mundial tem que recorrer a uma racionalização rigorosa das capacidades humanas, financeiras e materiais dos principais países fornecedores desses recursos às Nações Unidas.

Por outro lado, os países doadores estão cada vez mais compenetrados com as suas "zonas contíguas de influência", para onde priorizam canalizar os recursos disponíveis e previstos nos seus planos de auto-sustento e de paridade (e porque não de hegemonia) internacional, numa altura em que problemas endógenos incubados durante a bipolaridade ditada pela "guerra fria" já estão a sair da posição que lhes houvera sido conferida, clamando já por soluções imediatas e globais.

Seja como for, as Nações Unidas têm sido duramente criticadas não só pelas partes envolvidas nos processos de pacificação e democratização de alguns países, como ainda por potências que intervieram activamente nas negociações que em última análise deveriam conduzir à estabilidade internacional, como um projecto total.

A própria máquina burocrática da ONU, advogam analistas, também peca por ser demasiado pesada e inadequada para esta segunda geração de funcionários da organização supranacional, assim como à evolução da situação interna das regiões, que exige um acompanhamento factual, permanente e abrangente.

Segundo minha análise, a demora da implementação do Acordo Geral de Paz para Moçambique prende-se fundamentalmente a um incremento inusitado de focos de instabilidade internacional, cuja estrutura, profundidade e extensão diverge em grandeza e ocorrência dos registados no período anterior não só à Primeira Guerra Mundial, como ainda dos conflitos que caracterizaram a finda época da "guerra fria".

Isso implica que os recursos da ONU têm que ser redimensionados para atendimento às zonas explosivas e conturbadas. Daí que alguns países disponibilizem antes, meios de protecção e defesa, enquanto outros se predispõem para envio de homens ou de fundos.

Continuo a crer que existe boa vontade nos principais actores do Acordo Geral de Paz em implementar positivamente os entendimentos de Roma, mas ela não é condição suficiente e necessária para que o processo triunfe.

Se é verdade que há nós de estrangulamento que entram no cumprimento do calendário da pacificação e democratização de Moçambique, também é certo que nenhuma das partes espera colher vantagens da reedição da nefasta experiência angolana que, infelizmente, já está a servir de alerta aos actores envolvidos no processo de paz no nosso país.

Porque, quanto mais cedo se fizer uso dos instrumentos inscritos no Acordo Geral de Paz — comissões — menos intervenções em profundidade caberão aos contingentes internacionais aguardados no país.